

## **A luta dos estudantes por uma avaliação de verdade: retrospectiva e desafios atuais**

Como sua luta é geracional, combatem com o sentimento de premência dos que dispõem de pouco tempo para agir no sentido de transfigurar a universidade, sua trincheira e a sociedade, sua causa. Transfigurar a universidade para que não seja mais a guardiã do saber organizado a ser transmitido como informação, adestramento e disciplina, mas incapaz de empregar seus próprios recursos intelectuais para debater a responsabilidade ética da ciência e da técnica por ela mesma cultivada e de reformular a ordem social. Transfigurar a sociedade afim de que assegure a todos educação e trabalho e, sobretudo, não condene ninguém a vender talento e habilidades a quem os possa converter em lucro, em benefício de uma minoria. (Ribeiro, Darcy, 1975, p.7).

É recente o estabelecimento de políticas de avaliação institucional no que se refere a educação em nosso país. Muito mais antiga e consolidada na educação nacional está a avaliação educacional a qual os estudantes se submetem nas salas de aula desde os primeiros anos da educação formal. Esta prática faz parte da nossa vida escolar, o que não quer dizer que estejamos satisfeitos com o modo como é feita ainda hoje. e

A educação nos avalia sistematicamente, mas será que esta educação é avaliada sistematicamente no que diz respeito a sua qualidade? E ainda, se ela é avaliada, consegue captar com fidedignidade a realidade da Educação Superior? É um elemento para sua melhoria?

Perguntamos como parte interessada nesta avaliação, afinal:

1. Somos a ponta do processo; aspectos bons e ruins das instituições e cursos serão refletidos em possibilidades e limitações de nossa formação.
2. Interessa-nos ter uma boa formação, profissional e técnica mas também ética e cidadã.
3. Carregaremos, vida a fora, os ônus e bônus da qualidade da educação que recebemos.

Sabemos que a educação não pode ser entendida isoladamente. Nosso futuro está intimamente ligado ao futuro do nosso país. E por isso as principais pautas e polêmicas nacionais são alvo de nossas inquietações e, de maneira recorrente, de nossas intervenções. Essa é uma tradição dos estudantes e também um compromisso de nossa geração. A memória institucional dos estudantes manteve-se e reciclou-se, permitindo-nos ser porta-vozes de causas com grande perenidade através da UNE, desde a década de 30. As lutas pela reforma universitária, pela democratização do acesso e da gestão universitária, pela liberdade de organização e tantas outras, específicas e gerais, são atuais, hoje e ontem, e estão no centro dos grandes debates do país.

Interferir nas disputas nacionais ao lado do povo brasileiro é marca do movimento estudantil. Esta trajetória começa antes da luta pela abolição da escravatura e não parou nos enfrentamentos pela redemocratização. Nos anos 90, a UNE e a UBES lideraram o “Fora Collor” e na primeira década do séc XXI novamente a UNE é referência na discussão sobre a reforma universitária.

É com espírito generoso e combativo que nos situamos na luta por uma educação superior democrática e de qualidade, que contribua para o desenvolvimento e soberania do nosso país. E é pelo caráter estratégico que as políticas de avaliação ganham neste contexto, que as colocamos na ordem do dia de nossos encontros, reuniões, estudos, protestos, debates e atividades.

### **Do Provão**

Segundo Bottani (1998, p. 54) “quando se escolhem indicadores que tenham capacidade para rápida e corretamente informar aos usuários dos sistemas de educação sobre desempenhos em educação e alertá-los quanto ao estado da educação, é preciso fazer algumas opções. Estas opções não são simples, nem neutras”.

Mais recentemente, partir da iniciativa governamental de implementar o Provão, em 1995, ganha força a luta por uma avaliação de verdade, como elemento de defesa da educação como direito humano, questionando a visão da educação como mercadoria. No contexto da resistência a uma política de estrangulamento da educação pública e de expansão sem critérios da educação privada, o MEC, tendo a frente o ex-Ministro Paulo Renato, esperava que o mercado através do ranqueamento regulasse por si a existência das instituições, restando ao final aquelas que sobrevivessem à competição mercantil.

Ignorando a experiência do Paiub, que se destacou positivamente pela adesão voluntária das Instituições de Educação Superior (IES), pela combinação entre auto-avaliação e avaliação externa, de análises quantitativas e qualitativas com objetivo de melhoria do sistema e das IES (BELLONI 2002), o Provão tinha como marco uma prova imposta aos estudantes ao final dos cursos, restrita a conteúdos técnicos, onde simplesmente apareciam os educandos, como produto dos cursos e instituições. Além do carimbo no diploma, das punições ao não fazer a prova, perguntamos: em que esta avaliação servia para nossa vida acadêmica, profissional e cidadã? Em que contribuía para o melhoramento da educação superior? Através dos cursinhos para a prova? Quais valores estavam por trás de uma avaliação que tinha como única consequência a hierarquização dos cursos e indivíduos numa lógica empobrecedora da riqueza diversa existente nas IES? Ora, dada a unilateralidade de critérios de uma prova nacional como pedra angular dessa avaliação, fica clara a intencionalidade de legitimar a política de expansão baseada nos cânones da educação como mercadoria e da lógica de mercado como principal indutor. Afinal, a quem interessava uma avaliação tão questionável do ponto de vista técnico e social? Naquele momento, a visão de que os estudantes eram objetos da educação e não sujeitos ativos ficava clara na avaliação institucional implementada e em inúmeras medidas tomadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso, dentre as quais, destaco três: o não recebimento das entidades do movimento estudantil para o diálogo sobre os temas educacionais, a restrição legal ao voto paritário dos estudantes nas eleições para reitor das universidades e a Medida Provisória 2208. A saída que encontramos neste cenário para apresentar nossas opiniões e pressionar em torno de outro modelo de avaliação era a ocupação das ruas e praças através de passeatas, a realização de atos, boicotes, e outras ações no sentido da resistência.

### **Por isso comemoramos a Lei do SINAES**

É com a conquista de um governo mais democrático e comprometido com os interesses nacionais, a partir de 2003, que os estudantes, através da UNE, passam a ser convidados a tomar parte no diálogo sobre a avaliação da Educação Superior. Num primeiro momento integramos a comissão criada para estudar o tema, designada pelo MEC em 2003 e, posteriormente, passamos a compor a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), órgão de Estado responsável pela elaboração desta política.

A partir daí, mesmo que a lei promulgada, a lei do Sistema Nacional da Educação Superior(SINAES), não seja o que consideramos ideal, seus compromissos com a globalidade, a autonomia e democracia universitária, com a melhoria institucional, com o caráter formativo da avaliação são de outra ordem e representam avanços inegáveis na incorporação do Estado como responsável pela garantia da qualidade da educação superior mantendo e aprimorando o aspecto regulatório.

A ênfase no SINAES passa a ser a Instituição e o Curso. Sua metodologia conta com auto-avaliação, avaliação externa de cursos e instituições, além do Exame Nacional de Cursos, com foco no desempenho dos estudantes, que se mantém, mas passa a ser apenas mais um componente do processo. A participação da comunidade acadêmica e o respeito às identidades próprias das IES são muito significativos da mudança estabelecida a partir daí. Consideramos que romper com a cultura avaliativa do período anterior não é coisa simples e que o SINAES traz avanços na perspectiva de identificar potencialidades e desafios da educação superior.

No entanto, desde o início identificamos limitações. O sistema não conseguiu estabelecer mecanismos para superar o ranqueamento das Instituições, estabelecido a partir do Provão, e manteve aspectos negativos como a obrigatoriedade da prova e a lógica das premiações segundo bom desempenho individual.

Mas como agora, diferentemente do período anterior, há disposição para o diálogo e para nossa participação, passamos a ocupar ativamente os espaços, legitimando o sistema proposto, sem no entanto abandonar nossa posição de independência em relação ao MEC.

Foi neste sentido que em 2007 mantivemos o boicote ao ENADE. Fruto de intenso debate interno, o boicote serviu para demonstrar nossa insatisfação com estágio de implementação do SINAES, ou seja, com o caminho que separa a lei de sua existência na prática, ainda não percorrido por completo.

No momento, apesar dos debates e da convicção que sentimos em especialistas e mesmo no MEC em relação à operacionalização das avaliações externas de curso e instituição, estas ainda não são realidade na avaliação da educação superior. Dentro da maioria das IES, a auto avaliação não é parte do cotidiano, e o SINAES não tem dado a esta vivência o peso que ela deveria ter como ferramenta para instalação de uma nova cultura de avaliação, capaz de democratizar este processo, garantindo que a comunidade acadêmica e a sociedade possam refletir e se integrar ao esforço de superação e aperfeiçoamento da produção de conhecimento e do compromisso social das instituições proposto pelo sistema.

Enquanto a avaliação interna e as CPAS, e a avaliação externa de cursos e instituições, não estiverem em pleno funcionamento, enquanto o ENADE seguir adiante do SINAES, enquanto a única punição recair sobre os estudantes: é preciso criticar. Sabemos que há um tempo político para este processo mas sabemos também de nossa responsabilidade em questionar e também ao construir este debate. E o principal impacto do boicote foi chamar atenção para estes problemas.

## **Desafios Atuais**

Hoje, a lei que define a avaliação da educação superior sintetiza opiniões de entidades, especialistas e instituições comprometidas com o avanço da educação brasileira. Mesmo que seja preciso modificá-la mais adiante, deve ser a experiência concreta de sua implementação, o balizador de qualquer alteração. E esta implementação terá aspectos positivos e negativos, onde a legitimidade social da proposta deve ser levada em conta, a opinião da sociedade e, nela, das entidades representativas e dos movimentos sociais que acompanham sistematicamente o tema.

Um dos aspectos mais rejeitados, que demanda respostas, é o ranqueamento. Esta lógica é marcada por seu aspecto publicitário, de vestibular tardio, e não uma efetiva implementação políticas de qualidade. O ranqueamento é uma evidente permanência da superioridade dos interesses de mercado em detrimento de uma análise mais ampla do que é a educação superior para o país como parte de seu projeto nacional de desenvolvimento.

Este processo de debate nacional, realizado pela primeira vez em ambiente democrático e de vitórias progressistas, deve marcar conquistas mais duradouras na forma como o Estado avalia a qualidade das IES, garantindo, especialmente, a avaliação como instrumento focado nos grandes interesses do país, sem permitir que seu sentido possa ser invertido, a depender do governo de turno. Queremos uma política de Estado democrática para a avaliação, que plasme os avanços deste período tão importante da história brasileira e coloque os interesses mais amplos do país como critério. A avaliação é também a reforma universitária, tão cara aos estudantes, e nela está também contida a luta em torno da mudança do país.

E não é apenas pelo caráter democrático que se deve garantir aos brasileiros hoje presentes nas universidades que sejam parte ativa, sujeitos do processo educativo, e já bastaria. É necessário repensar o reducionismo de uma visão superada de avaliação, combatendo a subordinação e a punição como marcas, e a visão de tutela, incoerentes com compromisso emancipatório da educação superior. Com certeza estudantes e egressos têm mais a contribuir neste tema. E, no entanto, a palmatória simbólica dos arcaicos instrumentos “educativos” persiste, incompatível com a liberdade necessária à busca da verdade, que supostamente deveria ser aspecto chave de nossa formação. Em vez de assegurar ao formando as garantias para expressar sem receios suas opiniões, preservando-o das pressões do “mercado”, o que ocorre é o inverso. Persiste como indutor decisivo a manutenção dos estudantes como entes subordinados e se molda a avaliação a uma classificação, muito útil decerto para as olimpíadas e a publicidade, mas questionável no que se refere à avaliação da educação superior. Por outro lado, isto diz muito sobre o discurso infantilizador subjacente na opinião geral sobre o que são os universitários formados nas IES.

Embora ganhe força a idéia de que o ENADE deve ser apenas mais um indicador em relação a avaliação de cursos, este movimento contrasta com o peso que passa a ocupar dentro do Conceito Preliminar de Cursos (CPC) criado recentemente. Outros elementos compõem este conceito, é verdade, mas, se por um momento, o ENADE deixasse de existir, 70% do conceito desaparecería. A boa nova do

CPC, que merece por parte dos estudantes um elogio sincero, é que pela primeira vez em nosso país, em uma avaliação nacional, como outra face da moeda, a opinião dos estudantes em relação a vários aspectos do curso passa a fazer parte, contribuindo para a definição de visita ou não dos avaliadores do INEP. Ainda que seu peso seja pequeno, e este é seu maior defeito, esta incorporação é fundamental para uma avaliação formativa e multilateral onde tem outro caráter a participação do educando e onde há legitimidade pois sua visão está incorporada no processo.

A tendência nacional e internacional é de crescimento da demanda da avaliação institucional e ao planejar avanços em curto, médio e longo prazo devemos atentar para a necessidade de ampliação dos recursos destinados para a educação no Brasil, e, especificamente na área de avaliação, formar mais e melhor especialistas, alocá-los no desenvolvimento do sistema e criar estruturas que deem conta do tamanho e complexidade do sistema brasileiro.

Sabemos que toda esta construção precisa de tempo para maturação, assim como entendemos que algumas medidas podem ser tomadas desde já. A avaliação é um processo complexo, mas possível e nosso compromisso com a educação brasileira se mantém no dia-à-dia desta, que também é uma luta política, e se agradece na medida em que ganha relevância social através das críticas e contribuições de todos.

## Bibliografia

BELLONI, I & BELLONI, J. A. Questões e propostas para uma avaliação institucional formativa. In: FREITAS, L.C. (org). **Avaliação de escolas e universidades**. Campinas: Komedi, 2003, p 9-34.

BOTTANI, N. Os indicadores da OCDE: propósitos, limites e processo de produção. **Seminário Internacional de Avaliação Educacional**. Anais. Brasília: INEP, 1998, P.53-64.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação quantitativa e avaliação qualitativa: interações e ênfases. In: SGUISSARDI, V. Avaliação universitária em questão: reformas de estado e da educação superior. (org). Campinas: Autores Associados, 1997, p 71-90.

DIAS SOBRINHO, J. Educação e Avaliação: técnica e ética. In: DIAS SOBRINHO, J & RISTOFF, D.I (orgs). **Avaliação Democrática: Para uma Universidade Cidadã**. Florianópolis : Isular, 2002. p. 37-68.

RIBEIRO, Darcy. A Universidade Necessária, 2ª ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. 313p.

RISTOFF, D.I. O Exame Nacional de Cursos e a Avaliação Institucional. In: DIAS SOBRINHO, J & RISTOFF, D.I (orgs). **Avaliação Democrática: Para uma Universidade Cidadã**. Florianópolis : Isular, 2002, p. 17-37.

SILVA, P. V. S. O co-governo na educação elemento central numa educação de qualidade. Colunas. Brasília, 15 abr.2008. Disponível em [www.vermelho.org.br/colunas](http://www.vermelho.org.br/colunas) Acesso em 10.09.2008

TRINDADE, Hélio. Desafios, Institucionalização e Imagem Pública da CONAES. Brasília: UNESCO, MEC, 2007. 160p.

VERHINE, R. E.; DANTAS L. M. V.; SOARES, J. F. Do provão ao ENADE: uma análise comparativa dos exames nacionais utilizados no ensino superior brasileiro. **Ensaio**. Avaliação e políticas públicas em educação. Rio de Janeiro: CESGRANRIO, vol. 14, nº 52, jul./set., 2006, p 291-310.